

## **O Projeto Catador em Ação como experiência de Educação Popular e Economia Solidária**

MOURA, Danieli Veleda [danieliveledamoura@yahoo.com.br](mailto:danieliveledamoura@yahoo.com.br)

NOBRE, Lucia Regina [lucianobre@furg.br](mailto:lucianobre@furg.br)

ANELLO, Lucia de Fátima Socoowski de [luciaanello@hotmail.com](mailto:luciaanello@hotmail.com)

PERIUS, Dóris Back [doh\\_perius@hotmail.com](mailto:doh_perius@hotmail.com)

BRAGA, Maria Angélica Machado [mangiel9@hotmail.com](mailto:mangiel9@hotmail.com)

SOARES, Fabiana [fabiana.ssoares@yahoo.com.br](mailto:fabiana.ssoares@yahoo.com.br)

### **Universidade Federal do Rio Grande – FURG**

**Tema Específico:** Resíduos Sólidos: Coleta e processamento de materiais reaproveitáveis

#### **1. Introdução**

Tendo em vista que o objetivo geral do XIII Seminário Internacional PROCOAS é promover o debate e a reflexão teórico-prática sobre as experiências de Economia Social e Solidária a partir do princípio da autogestão em suas diferentes expressões, trazemos para este evento a experiência do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) no Projeto Catador em Ação, realizado a partir de uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio Grande (SMMA), estando nosso trabalho, portanto, vinculado ao tema dos Resíduos Sólidos: Coleta e processamento de materiais reaproveitáveis.

Nosso objetivo neste texto é fazer uma reflexão acerca do trabalho desenvolvido pelo NUDESE no Projeto Catador em Ação. A problemática abordada consiste em saber em que medida este Projeto vem contribuindo para a autogestão das associações e cooperativa por ele atendidas.

A gestão dos resíduos sólidos de um município envolve diferentes setores da gestão pública e uma grande diversidade de geradores tornando-se um dos mais importantes desafios e um dos mais graves problemas socioambientais da atualidade. Para dar conta desta situação a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS prevê, dentre os seus dezenove instrumentos (art. 8º, III), o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Nesta conjuntura, o município do Rio Grande possui quatro associações e

uma cooperativa formalizadas<sup>1</sup>, que recebem diariamente resíduos de diversos bairros da Cidade.

Neste contexto, o Projeto Catador em Ação, vem realizando um trabalho de capacitação e assessoria a estes cinco empreendimentos que trabalham com a coleta seletiva<sup>2</sup> abordando as três dimensões necessárias a uma adequada gestão dos resíduos sólidos municipais (infraestrutura, planejamento, pessoas).

## **2. Metodologia**

O trabalho desenvolvido pelo NUDESE no Projeto Catador em Ação tem por base e fundamento os princípios da Educação Popular e da Economia Solidária e, é com base nisso, que durante a vigência do Projeto estão sendo realizadas: capacitação dos 5 (cinco) grupos formalizados quanto à gestão social de empreendimentos econômicos solidários; assessoria aos empreendimentos à obtenção de licenças necessárias ao seu funcionamento junto aos órgãos competentes; prestação de assessoria à cooperativa e às associações quanto a rotina financeira e contábil, além da organização do fluxo produtivo de acordo com cada ambiente.

Para as capacitações partimos da análise e reflexão acerca dos aspectos referentes às práticas pedagógicas da Educação Popular - importância e contribuições -, enquanto metodologia para a formação de trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, no que concerne às questões inerentes a organização do trabalho, na perspectiva transversal dos processos de organização social.

Ao considerarmos o pensamento de Paulo Freire (2011, p. 96), tangente às relações entre os sujeitos, assim como às interações destes com e no mundo, com referência ao processo educacional, ele diz, “Já agora ninguém educa ninguém como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Podemos compreender a amplitude das ações pedagógicas, e o potencial transformador da educação quando mediada pelas correlações progressivas de apreensão objetiva da realidade, de desenvolvimento do pensamento crítico e tomada de consciência dos sujeitos, à medida que aprofundam sua capacidade de transformar a realidade ao agir sobre ela.

Da mesma forma, é possível entender que os processos coletivos – em uma percepção do imenso coletivo a que chamamos humanidade – constituem-se em elemento

---

<sup>1</sup>Associação dos Catadores e Separadores de Lixo de Rio Grande (Ascalixo); Associação de Lixo Reciclável dos Recicladores do Cassino (Ascar); Associação de Lixo Reciclável Vitória; Associação dos Trabalhadores em Resíduos Recicláveis (ASTARR); Cooperativa de Reciclagem e Defesa do Meio Ambiente Santa Rita.

<sup>2</sup> Cabe salientar que a formalização da assessoria foi construída a partir de um termo de compromisso entre a coordenação do projeto e as associações e cooperativa.

imprescindível a ser considerado, como enfatiza Freire (1979, p. 28) ao mencionar, “O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca.” Portanto, inferir os espaços de trabalho como espaços educativos, e ponderar sobre a riqueza pedagógica referente a gama de aspectos que permeiam as relações presentes no trabalho associativo, é vislumbrar um infinito de possibilidades revolucionariamente transformadoras.

Para tanto, a Economia Solidária é terreno fértil ao desenvolvimento de mediações pedagógicas na perspectiva da Educação Popular. Os valores e princípios, assim como o viés emancipatório e libertador, contidos nos conceitos e práticas da Economia Solidária, dialogam sobremaneira com as construções de mesmo caráter presentes na Educação Popular. Em análise, seus propósitos se aproximam, cada uma em seu âmbito, ambas alimentadas pelos ideais de transformação social, da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Paul Singer diz,

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a um empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados (2005, p. 19).

A afirmação de Singer (2005) remete ao caráter pedagógico inerente às práticas da Economia Solidária, ao “fazer” como exercício fundamental na construção dos aprendizados e da amplitude dos processos pertinentes a essa alternativa econômica de produção e distribuição. Assim, a dinâmica altamente reflexiva, a centralidade de sua práxis e finalidade voltada ao desenvolvimento das capacidades e satisfação das necessidades humanas, aproxima, em essência, a Economia Solidária da Educação Popular.

Além das formações citadas acima, houve também o assessoramento a estes empreendimentos para obtenção de suas licenças para devido e legal funcionamento, bem como assessoria financeira e contábil para que os mesmos possam avaliar e prestar contas devidamente de suas atividades, sejam elas para a municipalidade devido ao convênio que tem por recebimento da coleta seletiva ou mesmo em suas assembleias de prestação de contas. Tal assessoramento se deu de forma dialogada, construindo controles adequados a realidade de cada uma das associações/cooperativa.

Em alguns casos foi necessário discutir com os empreendimentos o fluxo produtivo dos mesmos visando à reformulação das atividades para evitar o retrabalho e aumentar a qualidade de vida dos cooperados.

Todas estas intervenções realizadas pela assessoria deram-se de forma dialogada em rodas de conversa e avaliação, buscando que os cooperados/associados compreendam a

importância dos controles, da manutenção da documentação em dia, bem como o fluxo produtivo estabelecido de forma lógica.

### **3. Fundamentação Teórica**

A Lei nº 12.305/2010 (PNRS), prevê em seu art. 5º, a articulação com a Lei nº 9.795/1999 (PNEA) e com a Lei nº 11.445/2007 (PFSB). Desta forma, constitui o escopo de abrangência desse Projeto os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes da PNRS.

Dos princípios da PNRS (art. 6º), destacamos como centrais para esse Projeto: a visão sistêmica na sua gestão (considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública); a cooperação entre as esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e o direito da sociedade à informação e ao controle social.

Dos objetivos da PNRS (art. 7º), destacamos para esse Projeto: a gestão integrada de resíduos sólidos; a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos; a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos; e a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Dos instrumentos da PNRS (art. 8º), destacamos: a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; a educação ambiental; os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde; o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos e o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico; e os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos.

Das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, destacamos para esse Projeto a ordem de prioridade estabelecida no art. 9º: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A PNRS foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, que criou o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. A Educação Ambiental (EA) está destacada no art. 77, o qual prevê que a EA na gestão dos resíduos sólidos tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O Decreto nº 7.405/2010, por sua vez, instituiu o Programa Pró-Catador para integrar e articular as ações do Governo Federal para apoio e fomento à organização produtiva dos catadores à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Neste sentido, o Projeto Catador em Ação estabeleceu ações relacionadas aos seguintes objetivos previstos no seu art. 2º: capacitação, formação e assessoria técnica; incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem; organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e Serviço de Apoio às Ações de Extensão-SAAE - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem.

Todo o trabalho do projeto se fundamenta nos princípios da Educação Popular e da Economia Solidária o que passamos a discutir a seguir:

### **3.1. A Educação Popular e a Economia Solidária**

A proposta de trabalho junto aos trabalhadores das associações e cooperativa de reciclagem de Rio Grande tem por base a Educação Popular na perspectiva do método sistematizado por Paulo Freire, a qual:

[...] busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social (VASCONCELOS, 2004).

De acordo com Vasconcelos (2004), podemos dizer que um elemento fundamental deste método é o fato de tomar, como ponto de partida do processo pedagógico, o saber anterior do educando. Logo, na Educação Popular, não basta que o conteúdo discutido seja revolucionário se o processo de discussão se mantém de cima para baixo, pois se enfatiza não o processo de transmissão de conhecimento, mas sim a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social, para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessários à sua superação (VASCONCELOS, 2004).

Ao pensarmos os processos formativos para a organização do trabalho precisamos levar em conta uma série de pressupostos e de elementos presentes no tecido social, os aspectos econômicos, históricos e culturais que constituem a complexidade das relações humanas em sociedade. Assim, refletir acerca das mediações e metodologias possíveis torna-se um exercício desafiador, para o qual é necessário debruçar o olhar sobre o outro e também sobre si mesmo, sendo esse articular uma primeira aproximação consciente com a realidade. Paulo Freire menciona,

É que não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como “não eu” do homem, capaz de desafiá-lo; como também não haveria ação humana se o homem não fosse um “projeto”, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la” (2011, p. 55).

Portanto, a busca de uma práxis libertadora através da construção de uma metodologia que possibilite a articulação de conhecimentos, passa inevitavelmente por um processo de compreensão da realidade na qual os trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos - as condições em que vivem -, de modo que seus saberes, visões de mundo e vivências tornem-se subsídio e instrumento pedagógicos, por meio de reflexão e inserção crítica sobre a realidade de suas relações de trabalho, este no sentido de “produção da vida”, na concepção integral do ser humano relativa às dimensões das esferas produtiva e reprodutiva, e também na relação com seu poder revolucionário e emancipador como estratégia de organização popular e de luta social, em um diálogo direto e intrínseco à Economia Solidária. Como podemos perceber na afirmação de Paul Singer,

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início das revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social (2000, p. 28).

Do ponto de vista pragmático, compreender a importância da ação pedagógica nos espaços de trabalho é fundamental para o necessário domínio dos processos produtivo e de gestão dos empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, o despertar dessa visão dialoga com o aprofundar do desenvolvimento de um olhar crítico sobre o mundo, também a partir das relações inerentes ao trabalho. Assim, torna-se importante considerar o caráter simbólico, e também de concretude que tais relações adquirem, e o grau de significação e ressignificação para a vida dos trabalhadores, no seu exercício de conscientização e transformação da realidade, em uma relação de contínuo e indissociável intercâmbio, no que Freire (1980, p. 29) menciona, “[...] a visão crítica e dinâmica do mundo, permite ‘des-velar’ a realidade, desmascarar sua mitificação e chegar à plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade para a libertação dos homens”.

Ademais, a concretude do material é instrumento importante para o realizar das mediações pedagógicas, Freire (2015, p. 45), “Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço”. Sendo assim, perceber os espaços de trabalho e seus aspectos de concretude material na vivência das relações entre trabalhadores e trabalhadoras - também considerando o campo simbólico das representações humanas -, é conteúdo vasto, impregnado de multiplicidades e diversidades que, pelo alto teor de complexidade, converte-se em um infinito de possibilidades pedagógicas, assim como em dispositivo provocador dos processos de conscientização.

O pensar e o fazer partem da premissa da existência de algo que os demandem, assim a necessidade de organizar o trabalho e, para tanto constituir método, torna-se motivação importante para os processos relacionados a práxis, entendendo esta, sob a ótica freireana, da ação e reflexão sobre o mundo, com o objetivo de transformá-lo, ou seja, de incidir conscientemente sobre a realidade.

Nesse sentido, a partir da necessidade de empreender um processo formativo para os catadores e catadoras das Associações/Cooperativa, que contribuísse positivamente para a compreensão dos aspectos relativos à Economia Solidária, e da organização do trabalho associativo nas dimensões produtiva e de gestão dos empreendimentos, partimos do pressuposto da importância do despertar de consciência crítica acerca da realidade vivenciada nos mesmos – no que se refere às associadas e associados, e também a equipe de formadores do NUDESE -, para que então, através da reflexão profunda e do olhar interno e externo ao empreendimento, fosse possível a identificação das relações como um todo, na amplitude, assim como na especificidade necessárias, no que se referente aos conflitos e gargalos do processos produtivo e de gestão.

Porém, para possibilitar o desencadear dos processos de conscientização, entendemos, segundo Freire que, “[...] os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É preciso isto, a ‘práxis humana’, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo”. Portanto, é necessário refletir acerca das metodologias possíveis, que promovam a mediação de tais processos. Infere-se então a importância de uma ação pedagógica que dialogue com a realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, a Educação Popular traz em sua perspectiva reflexões fundamentais ao processo metodológico, as quais foram utilizadas quando da construção dos encontros formativos realizados pelo NUDESE junto à Associações/Cooperativa, formatados de maneira a permitir as adaptações e alterações inerentes aos processos em aberto de construção coletiva, das práticas de interação, observando o que diz Freire:

Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras consciências, caso contrário se faria de umas consciências, objetos de outras. Seria “coisificar” as consciências. (1980, p. 28).

E é nesta perspectiva de questionar o sistema que vivemos e buscar alternativas que fica evidente a possibilidade da prática da Economia Solidária que surge em meio a crises que revelam o fracasso do modo de produção capitalista, baseado na competição e no lucro. Notou-se que com o aprofundamento destas crises, o Brasil e a América Latina entre os anos de 1950 e 1970, foram palco de profundas desigualdades, de destruição de postos de trabalho, da precarização e flexibilização das relações de trabalho, vinculada a abolição dos direitos sociais e do enfraquecimento da classe trabalhadora (NOBRE e ANELLO,

2017). Logo, a Economia Solidária surge como um modelo alternativo de se fazer economia, por meio da reapropriação daquilo que o capital expropriou dos trabalhadores ao longo da história, valorizando o homem sobre o capital, nas relações de trabalho, resgatando a essência humana da cooperação, da liberdade e da solidariedade”. (NASCIMENTO, p. 12, 2004).

Particularmente no que se refere à questão dos trabalhadores da reciclagem:

A Economia Social e Solidária atua nesse meio principalmente através do fomento às cooperativas, que se articulam para coletar e triar os materiais de forma organizada, além de vendê-los em maior quantidade, garantindo um preço melhor. A organização das cooperativas se dá de forma autogestionária, fazendo com que cada indivíduo tenha o mesmo poder (PROCOAS, 2017).

É isto que o Projeto Catador em Ação tem se proposto a fazer. E, mais que isto, a proposta da Economia Solidária presente no Projeto visa resgatar o trabalho como princípio educativo, o trabalho ontológico, o trabalho criativo, consolidando um movimento social que se contrapõe ao sistema estabelecido.

#### **4. Resultados**

No decorrer dos encontros formativos está sendo possível relacionar o aumento progressivo das percepções dos associados e associadas com as práticas pedagógicas desenvolvidas. À medida em que estão sendo apresentados e trabalhados os módulos, o teor questionador explicitado pelos trabalhadores amplia-se e as reflexões se aprofundam. A abordagem dos trabalhadores que, em um primeiro momento, partiam de uma visão individual e fragmentada do trabalho associativo, passou a compreender os aspectos coletivos, desenvolvendo o sentido de integralidade dos processos de trabalho em sua dimensão de produção da vida, assim como o sentimento de pertença.

Em grande medida, a construção coletiva que vem sendo realizada durante os encontros, no que se refere aos princípios da Economia Solidária, ampliou sobremaneira a compreensão acerca dos conceitos e práticas de participação, assim como dos valores democráticos na construção das relações, e na gestão dos empreendimentos. No entanto, a ampliação dos processos de conscientização e o aprofundamento do pensamento crítico, tem permitido a realização de correlações com o espaço da comunidade no qual estão inseridas as Associações/Cooperativa e seus associados. Também tem se ampliado a percepção de questões sociais, políticas, ambientais e culturais pertinentes à realidade da vida das trabalhadoras e trabalhadores, com relação às questões do trabalho coletivo e da Economia Solidária enquanto alternativa econômica, em sua perspectiva de enfrentamento às desigualdades sociais.

Outro aspecto importante relaciona-se aos conflitos, como menciona Telmo Adams (2010, p. 38), “[...] no plano cognitivo as mediações, em vez de abafar ou evitar os conflitos, tornam-se tanto mais pedagógicas quanto mais potencializados forem seus

elementos para gerar aprendizados, novas compreensões, posturas ou atitudes”. Assim, ao utilizar uma metodologia afim de problematizar aspectos do cotidiano das Associações/Cooperativa, está sendo possível identificar questões de conflito a serem trabalhadas durante as formações, o que tem permitido o empenho coletivo dos associados na resolução dos mesmos.

Outrossim, observamos que os aspectos relacionados às questões de gestão, tomada de decisões e acordos coletivos, perpassam a dimensão de conflito nas relações pessoais entre os associados e associadas. Ou seja, os conflitos são fomentados ou gerados a partir de determinadas dificuldades no âmbito produtivo e de gestão, e vice e versa. Dessa forma, está sendo possível observar que uma prática pedagógica problematizadora e questionadora contribui grandemente para os processos de percepção e reflexão da realidade, como Freire explica,

[...] na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (2011, p. 100).

O Projeto tem contribuído também com o processo de regularização dos galpões de reciclagem, uma vez que vem trabalhando no sentido da obtenção das licenças necessárias ao funcionamento dos mesmos. A assessoria tem se dado desde a orientação e organização de documentações de existência da associação/cooperativa, como estatuto, atas e atualização de eleições que, por ventura, estejam em atraso, bem como os devidos registros em cartório ou junta comercial. Com a regularização destas documentações, está sendo possível solicitar alvará de funcionamento e alvará dos bombeiros, os quais encontram-se em tramitação junto aos órgãos competentes.

A assessoria está se dando também na rotina financeira e contábil, visto que muitos dos empreendimentos atendidos pelo Projeto têm dificuldades de controle financeiro. Portanto, foram criadas e recriadas planilhas que se adequassem à realidade de cada empreendimento, mas que tivesse minimamente o controle de caixa e quantidade comercializada de resíduos por suas qualificações (papel, papelão, plástico, metal, etc). Com a organização destes dados, está sendo possível, além da projeção dos cenários futuros, a negociação com a Prefeitura Municipal para a qualificação da coleta seletiva.

Outro aspecto que vem sendo trabalhado com estas organizações diz respeito ao fluxo produtivo, de maneira que se evite o retrabalho, desperdício de material e, conseqüentemente, a melhora da qualidade de vida dos associados/cooperados.

## 5. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido pelo NUDESE no Projeto Catador em Ação tem propiciado variados espaços educativos, especialmente ao considerarmos a diversidade de temáticas envolvidas, que abrangem as três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica. As atividades realizadas permitiram, até o momento, que alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Universidade se envolvessem num trabalho contínuo de Educação Popular junto ao público-alvo do Projeto. Têm permitido também que o trabalho coletivo realizado nestes espaços possa caminhar rumo à autogestão, fomentada, sobretudo, pelas constantes capacitações focadas nos princípios e fundamentos da Educação Popular e da Economia Solidária.

### Referências

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2010. p. 21-41.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.445/2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.305/2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.404/2010**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.405/2010**. Instituiu o Programa Pró-Catador para integrar e articular as ações do Governo Federal.

Comitê de processos cooperativos e associativos. Associação de Universidades Grupo Montevideu. XIII Seminário Internacional PROCOAS. **Autogestão, cooperativismo e economia social e solidária: experiências latino americanas**. São Paulo - Universidade de São Paulo – USP. 9, 10 e 11 de outubro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.p. 32-119.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Moraes. 1980. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** Coleção Educação e Comunicação vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 15-41.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015. p. 24-46.

NASCIMENTO Cláudio. **Autogestão e o Novo Cooperativismo.** Disponível em: [http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/AUTOGESTA\\_O\\_COOPERATIVISMO.pdf](http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/AUTOGESTA_O_COOPERATIVISMO.pdf). Acesso em: 27 de jul. 2004.

NOBRE, Lúcia e ANELLO, Lúcia F.S. **A Educação Ambiental Crítica presente no trabalho do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG).** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2017.

SINGER, P.; SOUZA, A. (organizadores). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto. 2000. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. **A economia Solidária como um ato pedagógico.** In: Kruppa, S, M. (Org). Economia Solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005, p. 19.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde.** PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(1):67-83, 2004.